

Sistematização vai eliminar cem artigos, diz Cardoso



Os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Virgílio Távora (PDS-CE), membros da Comissão de Sistematização

Da Sucursal de Brasília

Dos 526 artigos contidos nos oito relatórios das comissões temáticas, a Comissão de Sistematização vai cortar pelo menos cem. São artigos repetitivos ou conflitantes, que estão sendo compatibilizados pelos quatro relatores-adjuntos do PMDB. O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), um dos relatores-adjuntos, disse ontem que o número de artigos a serem suprimidos só não será maior porque os que tratam de legislação ordinária serão mantidos.

Os artigos estarão distribuídos em pelo menos nove títulos, subdivididos em capítulos e seções, no índice da nova Constituição. O título I trata dos "Princípios Fundamentais", contendo doze artigos, e estabelece a definição do Estado brasileiro. "Direitos e Liberdades Fundamentais" — título II — é dividido em cinco capítulos: "Direitos Individuais"; "Direitos Sociais"; "Direitos Coletivos"; "Da Nacionalidade e da Soberania" e "Da Cidadania", subdividido em "Direitos Políticos" e "Partidos Políticos".

Dos outros sete títulos apenas o terceiro está pronto. É o das "Garantias Constitucionais". Em reuniões diárias, desde a última quarta-feira, os quatro relatores-adjuntos dividi-

ram o trabalho de compatibilização dos títulos: o da "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas"; "Sistema Tributário e Orçamento"; "Organização dos Poderes"; "Organização dos Estados"; "Ordem Econômica e Finanças" e "Ordem Social". Alguns outros títulos deverão ser criados para acomodar o relatório da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que está sendo redigido pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização.

Após duas ou três reuniões entre os relatores-adjuntos — além de Cardoso, os senadores José Ignácio Ferreira (ES) e Wilson Martins (MS), mais o deputado Nelson Jobim (RS) —, o presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, o esboço no novo texto constitucional deve estar pronto amanhã à noite. Só haverá atraso se algum ponto controverso não alcançar entendimento entre os líderes do PMDB.

Cabral recebeu ontem um esboço do trabalho preparado pelos oito "relatores de campo", liberados pelo deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ). O grupo dividiu a nova Constituição em cinco títulos. Embora tenha marcado uma reunião com os "relatores de campo" para o fim-de-semana ou ontem, Cabral conversou apenas com Oliveira por telefone.



O ex-secretário dos EUA Henry Kissinger

Kissinger elogia país por evitar conflito extremo

Do enviado especial a Brasília

O ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, 64, disse ontem, em Brasília, ao comentar a situação política brasileira e os trabalhos do Congresso constituinte, que "apesar de ser estrangeiro", tem "a convicção de que no Brasil as coisas sempre acabam funcionando de maneira construtiva, pois este é um país que nunca levou os conflitos ao extremo". Kissinger, que almoçou no Palácio da Alvorada com o presidente José Sarney e quatro ministros brasileiros, fez essa declaração em rápida entrevista após encontro de uma hora e dez minutos com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto, Kissinger fez muitas perguntas, durante o almoço, sobre o processo brasileiro de transição política e sobre o trabalho de elaboração da nova Constituição. Ao sair do encontro com Bresser, ele disse acreditar que os brasileiros "estão num processo que já apresenta grande progresso", mas fez, sorridente, um comentário irônico: "Penso que vocês terão uma grande Constituição, embora eu esteja habituado a uma Constituição pequena".

Ao almoço de ontem, no Palácio da Alvorada, compareceram os ministros da Fazenda, Bresser Pereira; da Cultura, Celso Furtado; das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Sousa Mendes, além dos embaixadores Paulo Tarso Flexa de Lima, secretário-geral do Itamaraty; Thompson Flores, chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, e Rubens Ricúpero, assessor especial do presidente Sarney para Assuntos Internacionais. Também o presidente da Petrobrás, coronel Osires Silva; o cientista político Celso Lafer; o ex-ministro Angelo Calmon de Sá (Indústria e Comércio) e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Harry Schlaudemann participaram do encontro.

Hoje, o ex-secretário norte-americano estará em São Paulo, onde fará no Hotel Sheraton, às 10h, uma palestra que qualifica de "prévia" ao depoimento que realizará amanhã, no Hotel Nacional, no Rio, sobre o tema "O novo mundo" — inaugurando o 6º Congresso Mundial de Administração de Materiais.

Leia mais notícias sobre a visita de Henry Kissinger ao Brasil na pág. A-30

Líderes peemedebistas discutem anteprojeto da Carta

Da Sucursal de Brasília

Depois do trabalho técnico, a Comissão de Sistematização começou ontem a tomar decisões políticas. O presidente e o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães e senador Mário Covas, reuniram-se, a partir das 20h, com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e com os quatro relatores-adjuntos da comissão para estabelecer a redação final do anteprojeto de Constituição. O grupo tem que escolher entre os artigos conflitantes, apresentados pelas comissões temáticas, aqueles que prevalecerão.

O relator-adjunto da Comissão de Sistematização, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), destacou, entre os quinze pontos polêmicos que seriam analisados ontem, aquele que estabelece os critérios para desapropriação de terras como o mais polêmico. As propostas da Comissão de Ordem Econômica e a da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias

do Homem e da Mulher são diametralmente opostas. Pela primeira proposta, que reflete as posições do grupo "conservador", a União deve indenizar o desapropriado mediante pagamento de "prévia e justa" quantia em dinheiro. A segunda proposta, defendida pelos "progressistas", estabelece que a indenização levará em conta o uso que se faz da propriedade e o nível de sua produtividade.

Jobim prefere a segunda proposta, porque "representa avanço", mas disse que a discussão, certamente, não será tranquila. Tanto Ulysses quanto Covas foram para a reunião municiados de detalhados relatórios, preparados pelo Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), com todos os pontos conflitantes. Uma segunda reunião entre os relatores e os líderes deverá ser marcada para hoje. Até sexta-feira, Cabral tem de entregar o relatório para os membros da Comissão de Sistematização.

Família

Além de decidirem sobre os artigos

conflitantes, o grupo analisaria ontem à noite o relatório preparado por Bernardo Cabral para a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que não conseguiu aprovar seu texto. Antes da reunião, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos relatores-adjuntos, conversou longamente com o senador João Calmon (PMDB-ES) sobre os critérios que a Sistematização adotaria para as verbas destinadas pelo governo ao ensino público e privado.

Embora os critérios de concessões de emissoras de rádio e TV tenha sido o maior ponto de divisão na Comissão da Família, no novo relatório deverá prevalecer a proposta da Comissão da Organização dos Poderes, que atribui ao Congresso o poder de outorgá-las. Outra escolha política, ainda no relatório da Família, caberá ao texto que proíbe que "programas anti-natalistas", já que não se estabeleceu se a proposta trata do controle de natalidade, do planejamento familiar ou das duas formas de controle.



Ulysses e Cabral (à sua esq.) dirigem reunião dos relatores-adjuntos

Em SP, iniciativa popular faz "noite de autógrafos"

Da Reportagem Local

Garantir direitos indígenas, proibir a fabricação de bombas nucleares e convocar eleições presidenciais diretas-já. Estas e mais 29 propostas de iniciativa popular o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte espera ver analisadas pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Para isso, reuniu ontem cerca de duzentas pessoas na "Sala da Constituinte" — montada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco (centro da cidade) — para uma "noite de autógrafos" às sugestões.

Segundo o regimento interno do Congresso constituinte, serão analisadas sugestões subscritas por pelo menos trinta mil eleitores. "Não

basta que os eleitores escolham seus representantes de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos, mas que participem", disse o ex-governador Franco Montoro. "É o único instrumento para se conseguir que a futura Constituição não seja pior que a Carta atual, outorgada", disse o deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Estiveram presentes ainda à noite de autógrafos o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), os deputados estaduais Waldemar Chubaci (PMDB), José Dirceu (PT) e Luiza Erundina (PT), o empresário Lawrence Pih, o ex-deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), o publicitário Carlito Maia e os cientistas políticos José Álvaro Moisés e Maria Victoria Benevides.

Righi diz que Pazzianotto poderá disputar Prefeitura de SP pelo PTB

Da Sucursal de Brasília

O líder do PTB no Congresso constituinte, deputado Gastone Righi (SP), de centro-direita, afirmou ontem que o ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, poderá ser o candidato do partido à Prefeitura de São Paulo nas eleições previstas para o próximo ano. "Tenho conversado muito com Pazzianotto sobre o assunto", disse Righi. Segundo ele, o ministro, que é filiado ao PMDB, considera difícil receber o apoio do governador paulista Orestes Quércia para sua candidatura, motivo pelo qual admitiria disputar a eleição pela legenda petebista.

Para Righi, o quadro de candidaturas já está "praticamente definido": Guilherme Afif Domingos (PL), com apoio do PDS; João Oswaldo Leiva (PMDB), com o apoio de Quércia; Plínio de Arruda Sampaio (PT) e o próprio Pazzianotto, pelo PTB. "O PTB é o leito natural da candidatura de Pazzianotto. E a definição do ministro pelo partido deverá ocorrer



O ministro Almir Pazzianotto (PMDB)

até novembro, porque a legislação atual exige um ano de filiação partidária para os candidatos", disse Gastone Righi, acrescentando que o partido tem "afinidades ideológicas" com Pazzianotto.

Partidos de esquerda articulam manifesto contra o governo

Da Sucursal de Brasília

Os partidos de esquerda e parlamentares do PMDB estão preparando um manifesto que deverá ser divulgado ainda esta semana no Congresso constituinte, em Brasília. Participam da articulação o PT, PDT, PC do B, PSB e constituintes da esquerda do PMDB, como os deputados Cristina Tavares (PE), Hermes Zanetti (RS), Nelson Friederich (SC) e o senador Affonso Camargo (PR).

O manifesto ainda não está redigido, mas já há um acordo entre os partidos e parlamentares para que ele tenha três pontos principais: o combate à política econômica do governo federal, em especial o Plano Bresser, a defesa de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e a reivindicação de uma Constituição "democrática e progressista". O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) disse ontem que entre cem e 150 parlamentares deverão assinar o manifesto.